

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.400 - PE (2013/0311796-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : SERV LAR COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
ADVOGADO : GILBERTO CALIXTO DA NÓBREGA JUNIOR E OUTRO(S) -
PE008559
EMBARGADO : CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO VILA DO CONDE
ADVOGADOS : PEDRO AZEDO DE MELO FILHO - PE012852
BRUNO LOUREIRO DE OLIVEIRA - PE022091
IGOR ZANELLA ANDRADE CAMPOS E OUTRO(S) - PE025775D
PAULA REBECCA ALMEIDA DE MELO - PE033034

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios opostos por SERV LAR COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA contra decisão (e-STJ, fls.275/281) que negou provimento ao recurso especial.

Em suas razões, a parte embargante afirma, em síntese, que *"houve contradição na aplicação da Norma a ser aplicada, eis que, conforme o entendimento esposado por esse Colendo STJ e demonstrado nas linhas acima, a Lei Art. 206, § 5º, I, do Código Civil fixou o prazo menor de 5 (cinco) anos e, por isso, permissa venia, não se tem como aplicar o prazo decenal do Art. 205, do mesmo Diploma"* (e-STJ, fl. 285).

A parte embargada apresentou impugnação, e-STJ, fls. 492/503.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

A ora embargante alega que *"houve contradição na aplicação da Norma a ser aplicada, eis que, conforme o entendimento esposado por esse Colendo STJ e demonstrado nas linhas acima, a Lei Art. 206, § 5º, I, do Código Civil fixou o prazo menor de 5 (cinco) anos e, por isso, permissa venia, não se tem como aplicar o prazo*

decenal do Art. 205, do mesmo Diploma" (e-STJ, fl. 285). Sobre o tema, a decisão embargada assim se manifestou:

"De fato, o entendimento do STJ é no sentido de que a pretensão de cobrança de cotas condominiais, por serem líquidas desde sua definição em assembleia geral de condôminos, bem como lastreadas em documentos físicos, adequa-se com perfeição à previsão do art. 206, § 5º, I, do novo Código Civil, razão pela qual aplica-se o prazo prescricional quinquenal.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO. PRAZO APLICÁVEL. DIREITO INTERTEMPORAL. REGRA DE TRANSIÇÃO. JULGAMENTO: CPC/73.

1. Ação de cobrança de cotas condominiais ajuizada em 04/05/2011, da qual foi extraído o presente recurso especial, interposto em 17/07/2015 e atribuído ao gabinete em 02/09/2016.

2. O propósito recursal é dizer sobre a prescrição da pretensão de cobrança de cotas condominiais, vencidas desde 1991, diante da regra de transição prevista no art. 2.028 do CC/02.

3. A pretensão de cobrança das cotas condominiais se renova conforme a periodicidade em que é devido o seu pagamento - em regra mês a mês - e, por isso, prescreve a partir do vencimento de cada parcela.

4. Em se tratando de obrigação de trato sucessivo, podem incidir, no contexto da mesma relação jurídica, dois prazos prescricionais diferentes - 20 e 5 anos - a serem contados a partir de dois marcos temporais diferentes - data do vencimento da cada prestação e data da entrada em vigor do CC/02 -, a depender do momento em que nasce cada pretensão, individualmente considerada.

5. Hipótese em que, sendo devidas cotas condominiais vencidas de 30/04/1991 a 13/10/1991 e de 13/01/1993 a 13/10/2006, considera-se prescrita a pretensão de cobrar as devidas no período de 13/01/93 a 03/05/06.

6. Recurso especial conhecido e desprovido.

(REsp 1677673/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 16/05/2019) (...)

No caso em voga, aplica-se a regra de transição do art. 2.028 do CC/2002, porquanto nos casos em que da data do débito até o

início da vigência do novo Código Civil ainda não tenha transcorrido mais da metade do prazo prescricional do Código anterior, o novo prazo prescricional (5 anos) deve ser contado a partir do início da vigência do Código Civil de 2002 (11/01/2003). Assim, verifica-se que não ocorreu a prescrição das prestações, vencidas entre 16/06/1999 e 29/05/2000, visto que a ação foi proposta em 19/09/2005.

De ver-se, portanto, que os presentes embargos declaratórios revelam o nítido propósito da parte embargante em rediscutir tema que foi devidamente apreciado, o que é defeso através da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão embutida nos aclaratórios.

A propósito, traz-se a lume alguns arestos proferidos nesse sentido, os quais, embora prolatados sob a égide do vetusto CPC/1973, exprimem a firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da inadmissibilidade dos embargos de declaração quando opostos fora das exíguas hipóteses legais de seu cabimento, *in verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO NÃO CONHECIDO. SÚMULA 182/STJ. PRETENSÃO DE EXAME DE MATÉRIA DO FUNDO. CARÁTER INFRINGENTE MANIFESTAMENTE INFUNDADO. INTUITO PROTELATÓRIO. MULTA.

1. Hipótese em que o acórdão embargado concluiu pela não violação do art. 511 do CPC e pela ausência de previsão legal para que o valor das custas de preparo conste da publicação da sentença.

2. Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento, ausentes in casu.

3. O inconformismo dos embargantes busca emprestar efeitos infringentes, manifestando nítida pretensão de rediscutir o mérito do julgado, o que é incabível nesta via recursal.

4. A insurgência revela propósito manifestamente protelatório e utilização indevida dos aclaratórios, justificando a incidência da sanção prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.

5. Embargos de Declaração rejeitados, com fixação de multa de 1% sobre o valor da causa."

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 381.986/SP, Rel. Ministro **HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe de 9/10/2014, sem negrito no original)

Superior Tribunal de Justiça

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. CARÁTER INFRINGENTE DA PRETENSÃO. ANÁLISE DE QUESTÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.

1. Inexiste irregularidade a ser elucidada na via dos embargos de declaração se o acórdão embargado manifesta-se de modo claro e objetivo quanto à matéria submetida à apreciação da Corte.

2. O reexame de matéria já apreciada com a simples intenção de propiciar efeitos infringentes ao decisum impugnado é incompatível com a função integrativa dos embargos declaratórios.

3. Em sede de recurso especial, é inviável ao Superior Tribunal de Justiça analisar ou decidir questões de ordem constitucional.

4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no Ag 1.035.101/MS, Quarta Turma, Relator o Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 28.10.2008, sem negrito no original)**

Diante do exposto, rejeitam-se os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator